



**anp**  
Agência Nacional  
do Petróleo,  
Gás Natural e Biocombustíveis

# Audiência Pública nº 09/2019

## Minuta do Contrato de Concessão

**Josie Quintella**

**Superintendente Adjunta de Promoção de Licitações**

*Rio de Janeiro, 10/04/2019*

1 Premissas dos recentes aprimoramentos contratuais

2 Principais marcos dos Contratos de Concessão

3 Características fundamentais dos Contratos

4 Principais alterações

5 Balanço da Consulta Pública

# Premissas dos recentes aprimoramentos contratuais

---

Contrato já amplamente revisto por ocasião da 15ª Rodada de Licitações e da Oferta Permanente;

---

Incorporação das melhorias implementadas no contrato da 5ª Rodada de Licitações de Partilha de Produção;

---

Aprendizado institucional da ANP (ajustes específicos decorrentes das contribuições advindas das áreas técnicas da ANP);

---

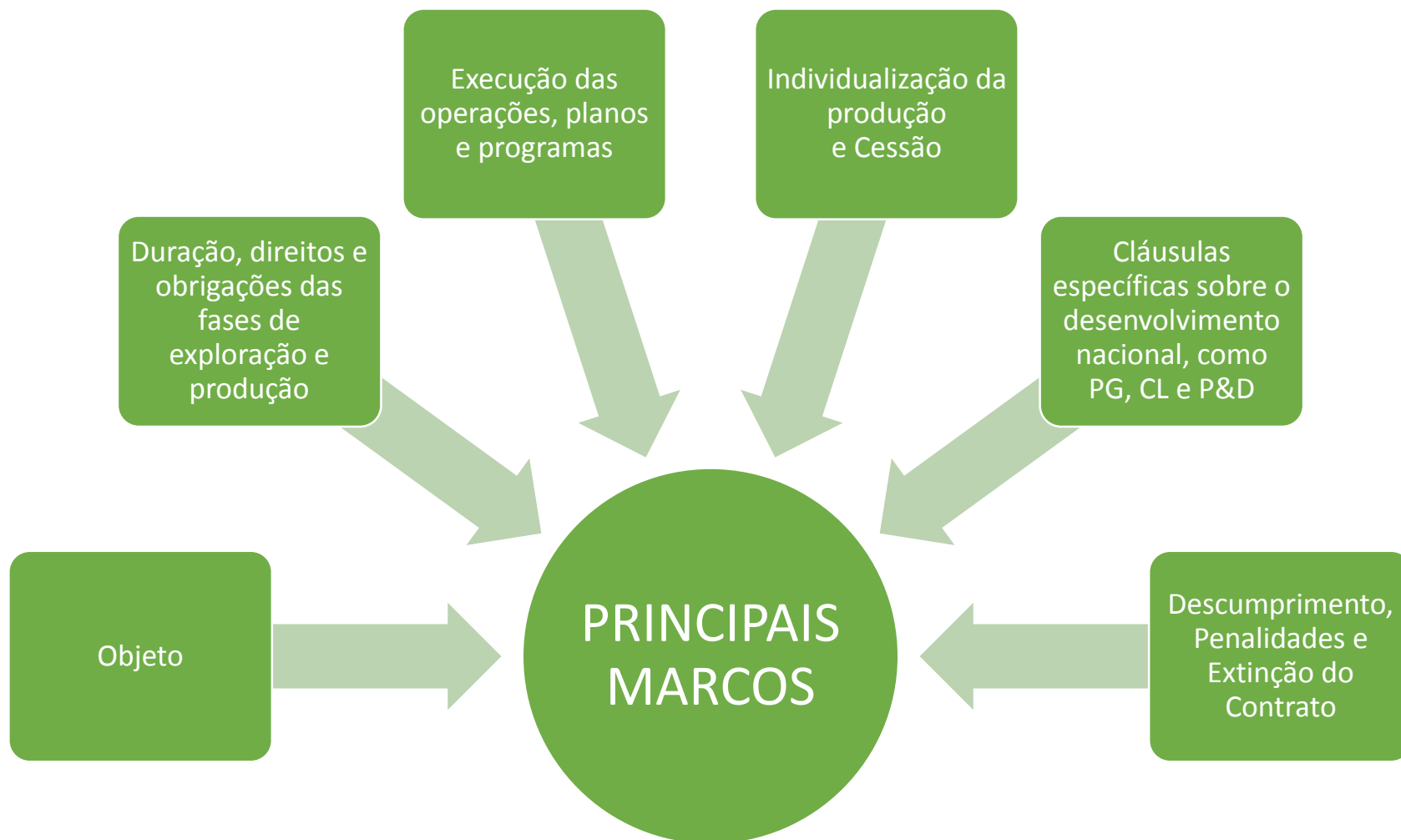
Ajustes específicos decorrentes das contribuições advindas dos agentes econômicos;

---

Cláusulas obrigatórias (artigos. 43 a 52 da Lei nº 9.478/1997)

---

# Principais marcos dos Contratos de Concessão



# Características fundamentais dos Contratos

## Vigência e divisão em fases

- Fase de Exploração: 07 anos (início: assinatura do contrato);
- Fase de Produção: 27 anos (início: Declaração de Comercialidade).

## Propriedade do hidrocarboneto produzido

- Cabe ao Concessionário somente a propriedade do Petróleo e Gás Natural que venham a ser efetivamente produzidos e a ele conferidos no Ponto de Medição da Produção.

## Fase de Exploração

- Período em que devem ser executadas as obrigações relativas ao Programa Exploratório Mínimo (PEM);
- Permitida a execução de atividades adicionais;
- Inexecução do PEM implica extinção de pleno direito do Contrato;
- Suspensão e prorrogação nas hipóteses previstas no Contrato.

# Características fundamentais dos Contratos

## Fase de Produção

- Plano de Desenvolvimento deve ser apresentado até 180 dias após a apresentação da Declaração de Comercialidade ou a aprovação do RFAD;
- Plano de Desenvolvimento deve ser avaliado pela ANP em até 180 dias (não aprovação implica extinção de pleno direito do Contrato);
- Início da produção: até 05 anos contados da Declaração de Comercialidade.

## Custos e riscos

- O Concessionário assume todos os riscos e investimentos de exploração e produção.

## Alterações de natureza formal

Para melhorar o entendimento e conferir maior clareza ao texto da minuta do contrato de concessão da 16ª Rodada de Licitações, foram realizadas alterações de natureza formal, a saber:

- reordenação e realocação de parágrafos;
- uniformização de termos e definições;
- exclusão de disposições em duplicidade e já previstas na legislação aplicável;
- correção de erros de digitação;
- revisão de referência cruzadas.

## Programa Anual de Trabalho e Orçamento

Em razão das particularidades existentes entre os Programas Anuais de Trabalho e Orçamento das Fase de Exploração e Produção, foram implementadas modificações em quatro cláusulas.

### Cláusula Primeira DEFINIÇÕES

- Estabelecidas definições para cada uma das fases com o fim de diferenciar o conjunto de atividades e documentos exigidos.

### Cláusula Quinta FASE DE EXPLORAÇÃO

- Inclusão de dispositivos contidos originalmente na Cláusula Décima Sexta, com aplicação exclusiva à Fase de Exploração.



## Programa Anual de Trabalho e Orçamento

### Cláusula Décima Primeira

#### DATA DE INÍCIO DA PRODUÇÃO E PROGRAMAS ANUAIS

- Inclusão de parágrafo que prevê a aplicação das mesmas disposições - procedimentos de entrega, aprovação e revisão - do Programa Anual de Produção ao Programa Anual de Trabalho e Orçamento da Fase de Produção.

### Cláusula Décima Sexta

#### PROGRAMA ANUAL DE TRABALHO E ORÇAMENTO

- Cláusula original excluída.
- A temática passou a ser tratada em cláusulas distintas para a Fase de Exploração e para a Fase de Produção, o que levou à supressão da Cláusula Décima Sexta original.

## Cláusula Quinta – Fase de Exploração

O Concessionário não dependerá de prévia aprovação da ANP para a realização de atividades exploratórias adicionais ao PEM (parágrafo 5.4);

Os dados técnicos podem ser utilizados para abatimento do PEM após sua entrega à ANP (parágrafo 5.9). As empresas permanecem responsáveis pela correção dos dados em caso de não conformidades;

O Contrato será automaticamente suspenso caso a ANP não delibere antes do fim da Fase de Exploração sobre o pedido de isenção do cumprimento da parcela do PEM restante (inclusão do parágrafo 5.11.2);

A impossibilidade de se realizar atividades *in loco* na área do bloco durante a suspensão da Fase de Exploração resultou na exclusão do parágrafo 5.14.3.

## Cláusula Vigésima Nona – Extinção do Contrato

A não renovação das garantias financeiras em até 30 dias antes do término da validade passou a ser hipótese de extinção de pleno direito do contrato (inclusão da alínea h no parágrafo 29.1).

## Cláusula Sexta – Cláusula Penal Compensatória por Descumprimento do PEM e Garantia Financeira

Exclusão do parágrafo 6.12.2, retirando-se a obrigatoriedade de, em caso de suspensão da Fase de Exploração, as garantias financeiras serem renovadas por prazo não inferior a um ano;

Supressão do parágrafo 6.12.3, excluindo-se a possibilidade de resolução do Contrato em caso da validade da garantia não atender ao prazo contratual.

## Cláusula Sexta – Cláusula Penal Compensatória por Descumprimento do PEM e Garantia Financeira

Inclusão do parágrafo 6.15.2, de caráter interpretativo, para resguardar a posição da ANP à luz das questões de execução de garantias financeiras.

## Cláusula Nona – Fase de Produção

O parágrafo 9.3, que elenca os princípios a serem observados pelo Concessionário, foi excluído em razão de seu caráter exemplificativo e por já estar contemplado no Contrato;

O prazo de 180 dias anteriores ao final da Produção para que a ANP possa realizar nova contratação para o prosseguimento das Operações do Campo, previsto nos parágrafos 9.8 e 9.8.1, foi suprimido;

O parágrafo 9.9.2 passou a disciplinar que, na ausência de regulamentação específica, o prazo para apresentação do PDI não deverá ser inferior a dois anos do término previsto da Produção;

O parágrafo 9.9.3, que versa sobre eventuais solicitações de ajuste do PDI por parte da ANP, foi alterado a fim de possibilitar que a ANP estipule referido prazo;

Buscando adequar-se à prática da Agência, o parágrafo 9.11 foi excluído.

## Cláusula Décima – Plano de Desenvolvimento

Foi ampliado o prazo para apresentação do Plano de Desenvolvimento, caso este não tenha sido apresentado e a ANP notifique o Concessionário para fazê-lo, para 30 dias (parágrafo 10.3);

O parágrafo 10.9 foi reescrito de modo a deixar claro que até que o Plano de Desenvolvimento seja aprovado, a realização de atividades e a antecipação da produção podem ocorrer mediante prévia autorização da ANP e nos termos da Resolução nº 08/2016.

## Cláusula Décima Primeira – Data de Início da Produção e Programas Anuais de Produção

A obrigação do Concessionário manter a ANP informada sobre as previsões quanto à Data de Início da Produção foi excluída (parágrafo 11.1.1);

O prazo para o Concessionário notificar a ANP sobre a Data de Início da Produção foi ampliado para 72 horas (parágrafo 11.1.2);

As disposições contidas nos parágrafos 11.2 e 11.2.1 carecem de efeito prático, o que levou à sua exclusão.

## Cláusula Vigésima Segunda – Participações

O parágrafo 22.3 foi alterado a fim de consignar em Contrato que as participações governamentais e de terceiros também serão devidas, pelo Concessionário, nas seguintes hipóteses:

- (i) produção auferida durante o período de Teste de Formação, na Fase de Exploração, apenas se houver aproveitamento econômico da produção; e
- (ii) produção auferida durante o período de Teste de Formação, na Fase de Produção (Resolução de Diretoria nº 862, de 13 de agosto de 2014).



## Cláusula Vigésima Sétima – Cessão do Contrato

Inclusão dos parágrafos 27.11.1 e 27.11.1.1 para determinar a quitação de obrigações perante a ANP em Cessão de direitos. Nos casos de alienação compulsória e de execução de contratos de penhor de direitos emergentes em que a cedente esteja inadimplente, a Cessão será permitida se o cessionário ou o executor da garantia realizarem o pagamento das obrigações relativas aos contratos a serem cedidos, não sendo possível a Cessão para Afiliada.

## Cláusula Trigésima – Caso fortuito, força maior e causas similares

Inclusão de subparágrafos (30.4) que objetivam disciplinar o regramento da suspensão do prazo contratual por conta de atraso na obtenção da licença ambiental por motivo imputável exclusivamente aos entes públicos.

A entrada em vigor da suspensão cautelar se iniciará por comunicação do Concessionário, a qual deverá ser feita tão logo o prazo regulamentar para concessão da licença tenha se esgotado, hipótese em que o prazo contratual será suspenso pelo número de dias transcorridos entre a data da comunicação de atraso no licenciamento e a data de sua conclusão.

No caso de justificativa insuficiente o prazo contratual retomará seu curso normal.

A suspensão cautelar após o esgotamento do prazo regulamentar da licença simplifica o processo, que passa a ser conduzido pela área gestora do contrato sem apreciação da Diretoria Colegiada.

# Balanço da Consulta: 348 contribuições de 9 participantes

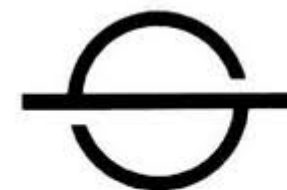


**ExxonMobil**



**ABITAM**

Associação Brasileira da Indústria  
de Tubos e Acessórios de Metal



**SINAVAL**

**ENSEADA**





**anp**  
Agência Nacional  
do Petróleo,  
Gás Natural e Biocombustíveis

# Obrigada!

**[rodadas@anp.gov.br](mailto:rodadas@anp.gov.br)**

**Superintendencia de Promoção de Licitações**

*Rio de Janeiro, 10/04/2019*